

O Pasquim: Um Jornal Que Não Se Vende A Não Ser A Seus Leitores¹

Natali Lima de CARVALHO²
Riverson RIOS³
Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE

RESUMO

A proposta desse artigo é analisar a contribuição do jornal alternativo que nasceu após a instauração do ato institucional nº5 durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1980), *O Pasquim* no ano de 1969. Será utilizado como critério de análise o papel do Jornalismo para a cidadania, segundo Marques de Melo, e a liberdade de expressão e direito social da informação, conforme Francisco Karam tomando como ponto de partida o referido periódico. Para o desenvolvimento deste trabalho e para chegar a este estudo foi feita uma análise documental. *O Pasquim* em cada linha buscava a liberdade nacional e a conquista dos direitos humanos, sempre em busca da liberdade de expressão e da vitória na luta para a conquista verdadeira da liberdade.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa alternativa; Liberdade de expressão; Cidadania; Direito à informação; *O Pasquim*.

Introdução

Entre 1964 e 1980 o Brasil viveu a ditadura militar marcada pela censura e autocensura, onde os próprios editores analisavam o que os jornalistas podiam ou não escrever, sendo um momento extremamente difícil na história brasileira e para os direitos humanos. Em 1968 os militares deram o golpe mais duro de toda a ditadura, a promulgação do AI-5 (ato institucional número cinco), que calou a voz dos meios de comunicação, até mesmo da grande mídia, que apoiou o golpe empresarial-civil-militar, passando a adestrar o que deveria ser ou não noticiado para a população.

Tido como um dos mais influentes e importantes na luta pela liberdade de expressão e direito à informação, o diário *O Pasquim* revolucionou a imprensa da época, abrindo mão da linguagem polida e do copidesque, o periódico trará em suas páginas

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de XX a XX de XX de 2018.

²Aluna do primeiro semestre de Comunicação Social – Jornalismo na Universidade Federal do Ceará, e-mail: natali.lima.carvalho@gmail.com

³Orientador do artigo e professor do curso de Comunicação Social – Jornalismo na Universidade Federal do Ceará, e-mail: riverson@ufc.br

criativas e irônicas um jeito sutil de criticar o governo. A redação contava com grandes nomes como: Jaguar, Millôr Fernandes, Luiz Carlos Maciel, Ivan Lessa, Henfil, Ziraldo, Paulo Francis, Sérgio Augusto, Sérgio Cabral, Miguel Paiva, Tarso de Castro e vários outros que fizeram d'*O Pasquim* uma grande patota⁴, um grupo de amigos que discutiam as edições do jornal em bares em Ipanema, com muita cordialidade e diversão.

Para o sociólogo francês Dominique Wolton (2011), a informação é a mensagem e a comunicação é a relação, que é muito mais complexa, e *O Pasquim* conseguiu estabelecer essa relação, tornando-a uma relação de cumplicidade com o leitor. O jornal travou uma luta contra a ditadura por meio de desenhos e palavras, transmitindo sempre em mensagens subliminares a informação, e assim driblando a censura prévia e a autocensura. *O Pasquim* cumpria seu dever de expor o que a ditadura queria esconder, informando seus leitores e ainda se comunicando com eles.

Segundo o doutor em jornalismo Francisco José Karam (1997), a liberdade de imprensa passa a ser entendida como liberdade social, e naquela época era proibido haver liberdade, mas *O Pasquim* fez com que a liberdade pudesse existir mesmo que fosse de maneira subliminar, com sutileza e ousadia, as edições do jornal traziam pensamentos, críticas e exposição do que era a ditadura. Segundo Vanussa Ribeiro de Sousa (2013):

Essa mistura e variedade humorística e intelectual só vêm a traduzir o cotidiano da sociedade que, mesmo sendo exposto de maneira risível, representa o real. Os traços irônicos e sarcásticos são uma forma de expressão vinda dessa escolha. Essa opção pela linguagem humorística dentro do jornalismo apresentado pelo semanário carioca gera um modo de percepção da realidade e dos fatos ocorridos, principalmente, nos “anos de chumbo” e as características expostas acima são representações disso. (SOUZA, 2007 *apud* SOUSA, 2013 p. 39).

O Pasquim quebrava os tabus da época e ainda exercia o papel do jornalismo na cidadania. Segundo o doutor em ciências da comunicação José Marques de Melo (1991) a essência do jornalismo está no processo sócio-psicológico que mantém uma coletividade íntima. As páginas d'*O Pasquim* correspondiam a necessidade dessa coletividade entre jornal e leitor, transmitindo para os leitores a veracidade dos fatos ocorridos no Brasil em vez de omitir ou apoiar a ditadura como fez a grande mídia, e para o doutor em ciências da comunicação Dennis de Oliveira (2005) o jornalismo é essa reconstrução da realidade tendo como ponto de partida a veracidade das informações obtidas, em decorrência disso o

⁴ O tabloide possuía um grupo extremamente criativo e carismático, que não se via como uma redação convencional, mas como uma patota, um grupo de amigos.

alternativo fomentou um espaço de debate entre a população, sendo realmente “um jornal que não se vende a não ser a seus leitores”.

O objetivo deste trabalho é analisar a contribuição d’*O Pasquim* na luta pela liberdade de expressão, direito à informação e o exercício da cidadania durante o regime militar, utilizando como critério de análise o papel do Jornalismo para a cidadania, baseado nas definições de Marques de Melo (1991), e a liberdade de expressão e direito social da informação, conforme Francisco Karam (1997). Para o desenvolvimento deste artigo foi feito uma análise documental e um apanhado histórico do contexto da época. O artigo foi dividido em três sessões, onde a primeira é discutido a ditadura no Brasil, na terceira a imprensa alternativa no Brasil e o nascimento d’*O Pasquim* e na última a liberdade de expressão e o direito social da informação.

1. A ditadura no Brasil

Em 31 de março de 1964, o Brasil passou a viver sobre a esfera do medo graças ao golpe empresarial-civil-militar que destituiu o então presidente João Goulart (também conhecido como Jango) do poder e instaurou no país uma ditadura. Jango perdeu seu cargo com quase nenhuma resistência por parte do governo ou dos grupos que o apoiavam, sendo substituído provisoriamente pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. Este assumiu o cargo mas o poder se encontrava nas mãos dos militares, e continuou pertencendo a eles durante mais de vinte anos.⁵

A justificativa dada à população para a ação dos militares foi salvar a pátria que estava sendo ameaçada pelos chamados inimigos internos, grupos de rebeldes que ameaçariam impor o comunismo no Brasil. Alegando que a subversão estava instalada no país e Jango seria incapaz de protegê-lo, era dever dos militares proteger, a nação. A imprensa, além de testemunha, foi participante do golpe. A conivência da mídia pode ser percebida no trecho abaixo:

Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo

⁵Fatos baseados na matéria feita por Celso Castro: o golpe de 1964 e a instauração do regime militar. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Golpe1964> acessado em 04/nov/2017.

irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições. (O GLOBO, 1964).

Com os militares estabelecidos no poder e o apoio da imprensa, deu-se início a introdução de um regime marcado pelo autoritarismo e censura, onde a liberdade da população foi usurpada. No decorrer dos meses seguintes, o governo promulgou uma série de atos institucionais, que eram um conjunto de leis com o propósito de reprimir e garantir o controle da população. No dia nove de abril de 1964 foi promulgado o primeiro ato institucional, o AI-1, que, dentre os seus decretos, fornecia poderes ao presidente para suspender direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos e decretar estado de sítio sem autorização do congresso nacional (VAUCHER, 2012).

O país sofria constantemente com a repressão e a censura. Não era seguro se expressar e qualquer demonstração ideológica era vista como crime subversivo. Como consequência muitos artistas, intelectuais, estudantes, políticos e sindicalistas, foram presos, torturados e mortos.

Em 1968, o ano nomeado por Zuenir Ventura (1988)⁶ como o “o ano que não terminou”, foi dado o golpe mais duro da ditadura: o ato institucional nº5. As manifestações populares da época começaram a se organizar e conseqüentemente a crescer. O lema “é proibido proibir” resume os movimentos estudantis que ocorreram no mesmo ano. No dia 2 de abril o deputado do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) Márcio Moreira Alves fez um discurso na Câmara dos Deputados convocando o povo a fazer um “boicote ao militarismo” e a não participar dos desfiles militares do dia da independência do Brasil. A atitude foi considerada pelos militares como subversiva e os motivou a fazer o pedido de licença para processar o deputado do MDB. O mesmo foi recusado pela Câmara, e foi o estopim para a promulgação do AI-5.

A polícia invadiu teatros, revistas, e jornais. O AI-5 passou a adestrar toda a informação da época, e atingiu até mesmo a grande imprensa que apoiou o golpe militar. A censura era protegida por lei, como é possível observar no referido ato da constituição “**Art. 1º** Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação”⁷. O regime militar passou a observar cada passo dado pelos meios de comunicação, criando mecanismo de controle como a censura prévia e a autocensura como explicado a seguir.

⁶Zuenir Ventura jornalista e escritor publicou em 1988 o livro “1968 – o ano que não terminou” o livro aborda a conjuntura e os aspectos políticos, sociais e culturais de um ano que marcou a história.

⁷Portal da Presidência da República. Decreto-lei nº 1077, de 26 de janeiro de 1970. Acessado em 14 de outubro de 2017. <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm>

Na censura prévia cada jornal era cuidadosamente analisado pelos militares antes que fossem divulgados para o público. Cada matéria, imagem, entrevista, poema, tudo era minuciosamente observado, vetado, liberado, ou faziam restrições. O governo tinha controle total sobre os meios de comunicação. Era proibido qualquer que fosse a exposição da verdade do que acontecia no país. Era necessário manter a falsa ideia de que tudo estava em ordem e que o país estava seguro. Os censores estavam presentes nas redações ordenando o que poderia ser ou não publicado (VAUCHER, 2012).

A autocensura foi negociada pelos jornais de grande circulação com o governo. Os próprios editores do jornal cuidaram para que não fossem disseminadas por meio do seu jornal ideias subversivas. Os próprios jornalistas passaram a se precaver por medo de repressão, e embora devessem ser difusores de informação e exercer seu papel de mediador entre o público e a realidade, o jornalista passou a se omitir, constituindo assim jornais sem opinião e com realidades mascaradas. Segundo a autora Tayla Oliveira (2012), na pesquisa *Censura e Autocensura: uma Abordagem Histórica e Social da Prática Jornalística*, ela define o que é a autocensura:

A autocensura nada mais é que uma forma de anular, intencionalmente ou não, parte da informação pelo jornalista ou empresa jornalística. Sendo assim, o leitor é levado a acreditar em notícias ilusórias, pois é privado de fatos relevantes. Esses fatos estão sendo controlados e, por isso, não deixam cicatrizes tornando mais difícil de identificar se o texto realmente foi censurado, o que não acontece quando o mesmo é censurado por outrem. (OLIVEIRA, 2012, p. 01).

É nesse cenário de intensa repressão e perseguição em que a imprensa era duramente censurada que um semanário que se utilizaria do humor para debochar do governo nasce no bairro de Ipanema, no Rio de Janeiro. *O Pasquim* foi um jornal irreverente e como os próprios editores disseram na frase editorial do jornal: “o último reduto da molecagem” O jornal era pequeno, mas com muitos recursos visuais, imagens, fotocollagens, charges, ilustrações, e já na sua primeira edição trazia uma entrevista que revolucionaria o modo de escrever nos jornais.

2. A imprensa alternativa e *O Pasquim*

Entre 1964 e 1980 nasceram e morreram cerca de 150 periódicos⁸, que ficaram conhecidos como imprensa alternativa ou imprensa nanica. O termo nanica surgiu do

⁸KUCINSKI, B. *Jornalistas e Revolucionários* nos tempos da imprensa alternativa. Editora Scritta Oficina Editorial, 1991.

formato tabloide utilizado pela maioria dos alternativos e enfatizava uma pequenez atribuída pelo sistema a partir de sua escala de valores e não dos valores intrínsecos à imprensa alternativa. Ainda sugeria imaturidade e promessas de tratamento paternal (KUCINSKI, 1991).

Para José Marques de Melo (1991) o que move o jornalismo é a necessidade social da informação. Os indivíduos querem saber o que está acontecendo, o que se passa ao redor e no mundo. A necessidade de se informar fez com o que o próprio jornalismo fosse necessário. O jornalismo assumiu o papel de divulgador de conhecimento, servindo como mediador da sociedade. E foram essas as bases que o jornal alternativo recuperou em meio ao governo militar.

A imprensa alternativa não estava ligada à grande imprensa da época, e surgiu em decorrência do estabelecimento da censura, segundo Kucinski (1991), poderia até mesmo ser definida como uma forma de enfrentar a solidão, a atomização e o isolamento em ambiente autoritário (FOX, 1983 *apud* KUCINSKI, 1991, p. 10). Graças a isso, um de seus principais papéis foi ser o porta-voz contra a ditadura, em um período histórico extremamente difícil para o país, os periódicos lançaram-se em bancas de jornais estampando manchetes irreverentes pedindo a volta da democracia. Segundo Bernardo Kucinski (1991):

Em contraste com a complacência da grande imprensa para com a ditadura militar, os jornais alternativos cobravam com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico. Inclusive nos anos de seu aparente sucesso, durante o chamado “milagre econômico”, de 1968 a 1973. Destoavam, assim, do discurso triunfalista do governo ecoado pela grande imprensa, gerando todo um discurso alternativo. Opunham-se por princípio ao discurso oficial. (KUCINSKI, 1991).

Em meio ao surgimento de demasiados periódicos um alternativo em questão viria a fazer uma revolução editorial, incomodar a ditadura e encantar o Brasil, se utilizando do humor, charges e ironia para se tratar do governo militar. *O Pasquim* surgiu causando surpresa para os leitores brasileiros pela maneira com que escreviam e expunham suas opiniões de maneira tão singular, em frases editoriais arrojadas o jornal cativava os brasileiros “Deus só criou o som. O homem fez a palavra. Gutemberg fez a imprensa. Nós editamos *O Pasquim*”.

Imaginado por Jaguar⁹ como um jornal do bairro de Ipanema, do Rio de Janeiro, *O Pasquim* logo revelou vocação à universalidade, extraíndo daquele microcosmo uma visão crítica compartilhada por jovens e artistas do resto do país (KUCINSKI, 1991, p. 107). Segundo o autor Bruno Brasil (2012):

Defensor da liberdade e da democracia, o jornal se destacou pelo caráter altamente crítico, corrosivo, debochado e bem-humorado que estampou suas páginas em pleno auge do regime militar e do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Em seu conteúdo, *O Pasquim* combateu não apenas o autoritarismo militar, mas também a ditadura dos costumes, no cerne tradicionalista da sociedade burguesa carioca (e brasileira). (BRASIL, 2012).

Jaguar conta no documentário *O Pasquim – A subversão do humor* (2004) que utilizou o gravador para fazer a entrevista e editou-a da maneira que aconteceu, ignorando as regras de copidesque cobradas nas edições de jornais – onde ele relata que desconhecia, e editou a matéria dispensando a formalidade e o vocabulário polido e empolado, inserindo pela primeira vez na imprensa brasileira a coloquialidade de maneira mais livre possível, com alta carga de humor. A imprensa aprendeu a ser mais livre depois d'*O Pasquim*, Jaguar falou ainda no documentário que ele tirou o paletó e a gravata da imprensa ao usar num jornal a coloquialidade. O estilo pasquinês passou a seduzir. Segundo o autor Vinícius Brasileiro Ramalho Pereira (2007):

A linguagem cotidiana seduzia, pois a escrita se aproximava do jeito que se falava. O palavirão passou a ser utilizado. A palavra "bicha", detestado pelo falso puritanismo da classe média carioca, pôde enfim ser publicada em letras de fôrma. Expressões como "inserido no contexto" viraram parte do vocabulário dos jornalistas que escreviam para *O Pasquim*. Gírias também passaram a ser utilizadas com frequência. Expressões como (cacilda, tutaméia, putisgrila, baralho, puribela, cambuta de fedapata), junções (olhaqui, sacumé, cumé, preu, praquilo, prele), diminutivos com terminações em m (baixim, fradim, tadim) e simplificações (cê, no lugar de você) foram criadas e usadas pelo jornal, dando um tom mais popular a linguagem. (PEREIRA, 2007, p. 19).

O Pasquim tinha um jeito próprio de fazer jornalismo, de denunciar as injustiças, revelar as mentiras e criticar o governo. O jornal subverteu os valores num país de intenso medo, fazendo isso com o próprio título do jornal que no primeiro momento foi motivo de piada para os próprios membros do jornal. *O Pasquim*: do italiano *paschino*, significava que

⁹Sérgio de Magalhães Gomes Jaguaribe, o Jaguar, nasceu em 29 de fevereiro de 1932, no Rio de Janeiro, é um caricaturista, ilustrador, desenhista, jornalista, cronista. Ganhou destaque quando foi trabalhar na Revista Senhor (RJ). Em 1969, fundou, com Tarso de Castro (1941-1991) e Sérgio Cabral, o semanário *O Pasquim* (RJ).

era um jornal ou panfleto difamador. Foi uma escola para jornalistas humoristas, cartunistas, chargistas e desenhistas. Segundo as autoras Amanda Câmara e Roberta Santos (2015):

Durante a ditadura pós-1964, os chargistas cumpriram o papel de, em muitas ocasiões, manifestarem opiniões que a imprensa não podia transmitir à sociedade em função da censura. Nos desenhos, a informação era passada de maneira menos explícita, com o recurso de metáforas, ironias e sátiras. Isso ocorria não apenas na grande imprensa, mas principalmente nos jornais alternativos ou “nanicos”, que tiveram importante papel na divulgação do pensamento crítico ao regime. Muitas vezes, eles assumiam a função de fazer chegar ao leitor informações censuradas nos grandes veículos. (CÂMARA; SANTOS, 2015, p. 06)

O tabloide possuía um grupo extremamente criativo e carismático, que não se via como uma redação convencional, mas como uma patota, um grupo de amigos. Era inquestionável o talento existente no jornal, eles discutiam as edições em bares, de maneira totalmente amigável e sem instituírem posições hierárquicas, cada um já era muito informado o que fez com que o jornal mesmo sem pautas conquistasse um importante papel na luta contra a ditadura e se popularizasse pelo país. Com tiragens chegando a duzentos mil exemplares o jornal a publicidade passou a ocupar 25% do espaço, chegando a até 30%, a maior parte de editoras, boutiques, bares e restaurantes. (KUCINSKI, 1991).

A popularidade e o crescimento d'*O Pasquim* começou a incomodar e chamar a atenção dos militares, e a censura mais do que nunca tornou-se presente no jornal. Havia uma cumplicidade extraordinária entre os leitores d'*O Pasquim* e o jornal, graças aos fatores de limitação, a patota passou a usar alternativas para driblar a censura, como o uso de certos recursos como a pressuposição, o subentendido, a polifonia. Os editores d'*O Pasquim* sabiam que se fossem herméticos o censor não ia perceber a mensagem oculta que o jornal queria transmitir, mas o leitor sim. E foi o que aconteceu quando a redação do jornal foi presa (LONGO; PEREIRA, 2000)

No dia 1 de novembro de 1970 os policiais do DOI-CODI invadiram a redação do jornal e prenderam todos os jornalistas presentes, menos Tarso de Castro, que conseguiu fugir, passando a dirigir o jornal clandestinamente. O fato de caber o controle da operação ao DOI-CODI, um comando especial do exército para o combate à luta armada, e não à polícia política, revela a importância atribuída a *O Pasquim* pelo aparelho de repressão (KUCINSKI, 1991).

A prisão dos jornalistas não fez com que *O Pasquim* parasse de ser publicado, mas ocasiona uma mudança na produção do jornal e no próprio grupo. Mesmo com a redação ainda aprisionada, *O Pasquim* continuou a sair, liderado por Martha Alencar, Millôr Fernandes, Fausto Wolf, Ruy Castro, Henfil e Miguel Paiva, e recebendo apoio e participação de artistas e intelectuais da época. *O Pasquim* tornou-se símbolo de resistência (KUCINSKI, 1991).

O Pasquim teve imensas vitórias na época da ditadura, a principal delas sendo o reconhecimento da população e o carinho pelo nanico. Em contrapartida, as tiragens aos poucos foram caindo, muitos jornaleiros passaram a se recusar a exibir o jornal em suas bancas graças às bombas que os militares passaram a colocar nas bancas de jornais, causando prejuízos para o jornal. O jornal teve diversos censores que analisavam e liberavam *O Pasquim* para as tiragens, até que passou a ser censurado em Brasília. Em 24 de março de 1975 a censura prévia foi retirada de *O Pasquim*. O jornal que nasceu meses após o golpe mais duro para a liberdade de expressão foi perdendo gradativamente o seu jeito singular de se fazer jornalismo. Segundo Kucinski (1991):

O Pasquim lentamente definhou: as tiragens foram caindo para 75 mil no ano seguinte, 66 mil em 1980 e apenas cerca de 44 mil em 1982, e com encalhes crescentes, de mais da metade da tiragem. A campanha da anistia deu apenas uma sobrevida ao que já era um processo de decadência temática e funcional. Esvaziado de seu conteúdo constitutivo, dissolvido o grupo histórico que o criou, e mudado o cenário político, *O Pasquim* apenas se igualava, mimeticamente, aos outros alternativos, e com isso se anulava. (KUCINSKI, 1991, p. 116).

Entre 1975 e 1985, houve a abertura do processo de redemocratização, onde uma série de medidas, foram progressivamente ampliando os direitos individuais e a liberdade de imprensa até culminar na eleição do primeiro presidente civil após 21 anos de ditadura militar. *O Pasquim* continuaria circulando deficientemente até 1991, já não teria a patota em sua redação e nem mesmo seria *O Pasquim* que surgiu em 1969, porém a importância do mesmo como instrumento de resistência e conquista do direito à informação e da liberdade de expressão foram inegáveis.

3. Liberdade de expressão e direito social à informação

Para Francisco Karam (1997) embora formalmente garantido, o direito social à informação enfrenta obstáculos de diversos fatores desde aqueles de natureza política, à ideológica e cultural, como aconteceu em 1964 no Brasil. Em 1948 a Declaração Universal

dos Direitos Humanos foi aprovada pela ONU (Organização das Nações Unidas), e no artigo 19 do referido documento era citado que “todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão”.

Em contrapartida, mesmo com os direitos humanos sendo legalmente aprovados mundialmente, no Brasil com o golpe empresarial-civil-militar o ideal dos direitos humanos era totalmente irrelevante. A censura prévia e a autocensura se faziam presentes em todos os meios de comunicação, omitindo informações, manipulando as notícias e roubando dos brasileiros o direito de saber a realidade do Brasil.

Para Karam (1997) é direito de todos o direito à informação, e que o jornalismo seria o melhor acesso possível para isso, e foi isso que *O Pasquim* fez durante a ditadura. Com a ocorrência do silenciamento obrigatório da população, tornou-se um dos maiores porta-vozes da liberdade de expressão, com suas charges irônicas, satirizando o governo até mesmo com o lema da época “Brasil, ame-o ou deixe-o”, estampando em suas folhas de jornal a realidade triste do país com muito humor. Para Kucinski (1991) *O Pasquim* foi entendido pela hierarquia militar como instrumento de confronto. Segundo Karam (1997):

É possível falar em direito social à informação como direito de todos, e o jornalismo como a forma pela qual, cotidiana e potencialmente – ressaltamos –, é possível o acesso imediato ao todo – plural e diverso – que está sendo produzido no espaço social da humanidade e no tempo presente, ao qual se agarra o passado e sobre o qual se projeta o futuro humano, cuja maior ousadia é precisamente construir aquilo que ainda não é e sobre o qual não há nada que possa garantir que um dia seja. (KARAM, 1997, p. 16).

Com a riqueza criativa utilizada pela patota para se aproximar do leitor, *O Pasquim* se tornou altamente acessível para a população, não se precisava ter um dicionário ou compreender de linguagem jornalística, pois o grupo de jornalistas existentes no alternativo transmitiam a informação do jeito que se falava. Segundo Átila Bezerra Fernandes Vieira (2010) em sua tese de mestrado em comunicação:

O Pasquim e a imprensa alternativa contribuíram para o enfraquecimento da ditadura militar [...] Neste sentido, cumpriu seu papel político e social, mas indo além. No momento em que atuou na crítica de costumes, aglutinou as inquietações e as manifestações daqueles anos, contribuindo para abrir mais caminhos em direção à democracia, fazendo que esta rompesse o campo político e adentrasse o campo da cultura – espaço

incisivo das lutas cotidianas. O desenho de humor, com suas expressividades e linguagens particulares, muitas vezes escondeu da brutalidade pontos de vista que eram incômodos de serem defendidos, porque não havia interesse que a mesquinha, a ignorância, o egoísmo, o individualismo, a ânsia por status social fossem achincalhados, zombados, ridicularizados. (VIEIRA, 2010, p. 181).

E com muito humor e satirização, eles expunham a realidade do Brasil de maneira sutil, se aproximando do leitor que não tinha alto nível de escolaridade, e driblando a censura para dar direito à informação para os brasileiros. Para Karam (1997) o direito social à informação inclui a diversidade de significados do mundo, e dele fazem parte a palavra e a imagem, o jornalismo escrito e a imagem jornalística, coisas das quais *O Pasquim* se utilizava em demasia. Segundo a autora Jozieli Camila Cardenal (2010):

O Pasquim, ao criticar os costumes sociais e as questões políticas de forma humorada, gerava no leitor a capacidade de reflexão sobre fatos corriqueiros, ligados a cidadania e aos direitos inerentes à justiça, violência liberdade de expressão, respeito igualdade social, entre outros. (CARDENAL, 2010, p. 29).

O cantor Chico Buarque cantava na música *Notícia de Jornal* (1975) que “a dor da gente não sai no jornal” e naquela época era proibido qualquer que fosse a expressão de desordem, tudo era omitido. Porém *O Pasquim* expunha a verdade, interagindo socialmente com a população, mudando hábitos e valores, assumindo o caráter jornalístico esquecido na ditadura: o de esclarecimento. Segundo Dennis de Oliveira (2005):

A atividade jornalística, nos seus primórdios, teve um caráter revolucionário, de denúncia, de esclarecimento, de formação de idéias e fomentadora do debate público. O direito à liberdade de expressão é um dos valores mais importantes na construção da sociedade democrática moderna. (OLIVEIRA, 2005, p. 02).

Assumindo o caráter revolucionário e de denúncia que o Dennis de Oliveira (2005) comenta, *O Pasquim* responsabilizou-se pelo papel de contar aos brasileiros o que acontecia no país em que viviam da maneira mais companheira possível, havia uma relação entre os leitores d'O Pasquim e o jornal, cumprindo assim o duplo papel de alimentador dos processos de interação social a qual Melo (1991) discute ser a função que o jornalismo deve cumprir. Segundo o autor:

De um lado correspondendo à necessidade passiva que tem todo indivíduo de estar sintonizado com o seu meio ambiente; de outro, possibilitando o desempenho de um papel ativo na vida da sociedade, a partir das

motivações que lhe são oferecidas para a intervenção no curso dos acontecimentos. Cidadania e Jornalismo são inegavelmente duas faces de uma mesma moeda. (MELO, 1991, p. 21).

Contemplando o papel de cidadania comentada por Melo (1991), *O Pasquim* exercia seu papel se utilizando do humor para fornecer acesso à população de temas que eram censurados, como as repressões e resistências. Estas informações não só possibilitavam a inserção das pessoas na vida social do país como motivavam as ações de resistência, vincular o seu público à contemporaneidade e participação social. Está aí o duplo papel cidadão de *O Pasquim* na ditadura. Segundo Vanussa Ribeiro de Sousa (2013):

As várias linguagens não verbais presentes em suas páginas iriam além do entretenimento e do humor em si. Eram um incentivo à reflexão para o leitor que, se deparava com várias críticas, humor e ironias. O leitor é levado a um tipo de compreensão que de fato o faz com que comece a interpretar os fatos acontecidos na época da ditadura militar, mesmo que o humor e as ironias não sejam as únicas formas de linguagem de *O Pasquim*. Porém, essa característica pode servir como um catalisador de ideias, sendo o receptor capaz de entender e explicar todos os acontecimentos do seu cotidiano. (SOUSA, 2013, p. 38).

O jornal que chegou a vender mais de cem mil exemplares e que nasceu na época mais difícil da ditadura, sofrendo com autocensura e censura prévia, tendo ainda um episódio em que toda a edição do jornal foi preso, viveu golpes difíceis no decorrer da sua existência. Mesmo para um nanico, lutou contra o governo militar à sua maneira, por meio das palavras e desenhos, tornando-se gigante. Segundo Vanussa Ribeiro de Sousa (2013):

Visto que críticas à censura provinda da ditadura militar, por diversas vezes, apareciam tanto nos desenhos como nos textos. Os personagens e as imagens, expostos pelo jornal ajudavam a compor essa característica de sugerir, claramente aos leitores, a não imparcialidade perante o regime ditatorial imposto pelos militares, ao mesmo tempo em que ajudavam a despistar os censores utilizando as ilustrações como subterfúgio. (SOUSA, 2013, p. 36).

O Pasquim conquistou milhares de leitores, e expôs para os brasileiros de maneira clara e divertida – numa época extremamente complicada – as dores de uma nação e as injustiças nela existentes que o milagre econômico, que foi a expansão e internacionalização da economia brasileira que gerou o aumento da dívida externa, não conseguia curar, devolvendo o direito à informação usurpado de maneira violenta e injusta dos brasileiros.

Conclusão

Em meio ao silêncio e o medo implantado no país em decorrência da ditadura militar, a patota que se reunia para discutir a próxima edição do jornal em bares de Ipanema fez com muita coragem o que a grande mídia naquela época não teve: dar o direito à informação aos brasileiros, que presos em suas casas e enganados pela falsa paz não tinham como saber do que acontecia.

O Pasquim teve a ousadia de lutar contra a censura de maneira divertida e irônica, e com muita singularidade convocavam seus leitores a compreenderem a situação do Brasil, sempre em suas frases editoriais o jornal tinha algo a dizer, deixando claro em muitas das suas frases que estavam do lado da população e sendo “um jornal de oposição ao governo grego”.

O jornal foi de encontro ao comodismo dos modelos burgueses da época, satirizando e criticando costumes, expondo realidades, cumprindo seu papel de cidadania para com o povo brasileiro, e mesmo com as insistências dos militares para silenciar o grupo, com bombas na redação, bombas nas bancas de jornais, prisão da redação, o tabloide não desistiu.

O nanico tornou-se grande, pois o carisma da patota e a luta travada com a censura por meio de palavras e desenhos rendeu a popularização do jornal, que se virava para agradar os seus leitores. *O Pasquim* em cada linha buscava a liberdade nacional e a conquista dos direitos humanos. Foi um jornal que viveu verdadeiramente “entre o êpa e o ôba” mas sempre em busca da liberdade de expressão e da vitória na luta para a conquista verdadeira da liberdade. *O Pasquim* foi, sem dúvidas, como expressou Millôr “O melhor jornal da Rua Clarisse Índio do Brasil, 32”.

Numa época em que o Brasil vivia um silêncio aterrorizador e obrigatório em decorrência da ditadura, grandes nomes foram importantes para a reconquista da liberdade e do pensamento livre, dentre estas vozes de destaque se encontrava Luiz Carlos Maciel, membro da patota d'*O Pasquim* que morreu em 09 de dezembro de 2017, deixando sua família e 13 livros escritos. Arriscava-se ao futuro quando previu a manchete de sua morte: “Morre Luiz Carlos Maciel, guru da contracultura”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, B. **A breve história e a caracterização d'*O Pasquim***. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n.6, p.159-176, 2012.

BUZALAF, M. N.. **Mudança e agravamento nas práticas autoritárias:** centralização da censura e a reação d'*O Pasquim* nas frases-editoriais. Trabalho apresentado no GT de História da Mídia Alternativa, integrante do 5º Encontro Regional Sul de História da Mídia – Alcar Sul 2014, Florianópolis, 2014.

CÂMARA, A. SANTOS, R. **Se não entender, a gente desenha:** a charge como via alternativa para a crítica social na imprensa capixaba durante a ditadura pós-1964. Trabalho apresentado no GT de História da Mídia Alternativa, integrante do 10º Encontro Nacional de História da Mídia, Porto Alegre, 2015.

CARDENAL, J. C. A importância d'*O Pasquim* na promoção da cidadania durante o período ditatorial.

CASTRO, C. **O golpe de 1964 e a instauração do regime militar.** Acessado em 04 de novembro de 2017. <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Golpe1964>>

Chumbo Quente. **Observatório da Imprensa.** TV Brasil, 2015. Acessado em 03 de novembro de 2017. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=5ras3C0wA9o>>

CORRÊA, M. V. G. **Redemocratização.** Acessado em 18 de novembro de 2017. Disponível em <<https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/redemocratizacao/>>

FURTADO, A. C. ARAÚJO, N. QUEIRÓZ, R. **Um PASQUIM que entrou para a história.** Revista Eclética, PUC-rio digital.

KARAM, F. J. **Jornalismo, ética e liberdade.** São Paulo: Editora Summus Editorial, 1997.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e Revolucionários** nos tempos da imprensa alternativa. Editora Scritta Oficina Editorial, 1991.

LEAL, C. **Aos 79 anos, morre Luiz Carlos Maciel, jornalista e pensador da contracultura.** Acessado em 04 de maio de 2018. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/12/1942085-aos-79-anos-morre-luiz-carlos-maciel-jornalista-e-pensador-da-contracultura.shtml>>

LONGO, I. M. PEREIRA, C. A. C. **Algumas estratégias linguísticas utilizadas em *O Pasquim* para driblar a censura.** Trabalho apresentado ao TLP – Seminário de Temas Livres em Comunicação.

MELO, J. M. **Indústria Cultural, Jornalismo, Jornalistas.** Trabalho apresentado ao XVI Congresso Brasileiro de Pesquisadores da Comunicação, promovido pela INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Porto Alegre, 1991.

O Pasquim – A Subversão do Humor, direção e edição: Roberto Stefanelli, Brasília, DF: TV CÂMARA, 1999. Acessado em 13 de outubro de 2017. Disponível em <<https://youtu.be/6SHJfG3bBM>>

O Pasquim: antologia, volume II: 1972 – 1973. Rio de Janeiro: Editora Desiderata, 2007.

OLIVEIRA, Dennis. **Fronteiras do jornalismo no espaço midiático:** a real dimensão da função ideológica da informação jornalística. Trabalho apresentado durante o IX Colóquio Internacional sobre a Escola Latino-Americana de Comunicação, 2005.

OLIVEIRA, T. **Censura e Autocensura:** uma Abordagem Histórica e Social da Prática Jornalística. Trabalho apresentado no Intercom Junior – Jornalismo do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 28 a 30 de junho de 2012.

PEREIRA, V. B. R. **O Pasquim e o humor hoje:** a influência de um “nanico” na imprensa e a situação atual do humor nos meios de comunicação. Trabalho apresentado à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, como requisito parcial para a obtenção ao grau de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo do UniCEUB – Centro Universitário de Brasília, 2007.

PINTO, T. S. **O Milagre Econômico da Ditadura.** Acessado em 18 de novembro de 2017. Disponível em <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiadobrasil/o-milagre-economico-ditadura.htm>>

Portal da Presidência da República. Decreto-lei nº 1077, de 26 de janeiro de 1970. Acessado em 14 de outubro de 2017. <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm>

Portal do FGV – CPDOC. Acessado em 4 de novembro de 2017. <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>>

SOUSA, V. R. **O Pasquim e a ditadura militar:** o humor que burla a censura.

VALENTE, Jonas. **Regulação democrática dos meios de comunicação.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

VAUCHER, T. A. **O Pasquim:** Alternativo e corajoso. Revista Semina, v11, nº 01, 2012.

VENTURA, Z. **1968 – O ano que não terminou.** 3. ed. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

VIEIRA, A. B. F. **Guerrilha de Pincéis:** humor gráfico no Jornal *O Pasquim* como resistência política e cultural na ditadura militar (1969 – 1970). Fortaleza: UFC, 2010. 212 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

WOLTON, D. **Informar não é comunicar.** Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.